

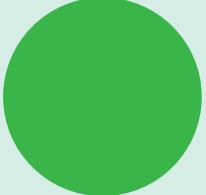
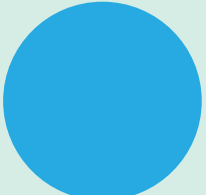


**BALANÇO SEMESTRAL DA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
*(INSERÇÕES NA IMPRENSA)***






ANADEP

Associação Nacional dos Defensores Públicos


CONTROLE DE INSERÇÕES: ANADEP NA IMPRENSA




-  **VERDE:** Manda o release e emplaca.
-  **AZUL:** O veículo nos procura (normalmente depois de contatos prévios) e emplacamos como fonte.
-  **AMARELO:** Mandamos release e não emplacamos.
-  **VERMELHO:** Sai algo negativo da ANADEP na imprensa.

JULHO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
A Voz do Brasil	Situação de crianças e adolescentes em acolhimento	Elisa Cruz (participação em audiência pública sobre o assunto)	
Programa Justiça Viva (TV STJ – TV Justiça)	Programa Especial: Defensoria Pública - origem e desafios	Antonio Maffezoli	
Conjur	Pareceres assinados por Ada Pellegrini criaram jurisprudência no país	"Em outro caso que tramita no STF, a professora defendeu, em parecer encomendado pela Associação Nacional de Defensores Públicos, que a Defensoria pode propor ações civis públicas, não sendo essa uma prerrogativa apenas do Ministério Público. As ações coletivas propostas pela Defensoria, segundo Ada Pellegrini, significam um maior acesso à Justiça".	

AGOSTO




VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
Surgiu (TO)	DPE-TO faz vistoria no HGP; ação da ANADEP é realizada em outros 8 Estados	Release (comissão de saúde da ANADEP)	
TV Anhanguera (TO) Afilhada da Rede Globo	Vistoria no HGP encontra problemas de higiene e falta de equipamentos	Release (comissão de saúde da ANADEP)	
Rádio Justiça	Defensorias atendem população de baixa renda e pessoas em situação de vulnerabilidade social	Thaísa Oliveira Vice-presidente da ANADEP	
Site do STF	Lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo é objeto de ADI	ANADEP	

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
Justiça em Foco	Lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo é objeto de ADI	ANADEP	
Conjur	ADI questiona lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo	ANADEP	
Século Diário	Associação quer intervenção do STF para garantir autonomia da Defensoria Pública no ES	ANADEP	

SETEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
O Globo	Banheiros privativos	Antonio Maffezoli Adperj / DPE-RJ	
Senado Notícias	Antonio Carlos Valadares ressalta trabalho da Defensoria pública (pesquisa CNMP)	Pesquisa CNMP	
TV JUSTIÇA	Papel e atuação da Defensoria Pública	Thaísa Oliveira	
Jornal Extra (RJ)	Dodge cria grupo para defender minorias e deve ir contra setores da gestão Temer	Antonio Maffezoli	
Site Eunício Oliveira (presidente do Senado)	Eunício recebe defensores públicos e pede participação nos debates sobre segurança	Defensores Públicos (ANADEP e CONDEGE)	



OUTUBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
Rádio Justiça	Defensoria Pública de SP pede arquivamento de ações contra mulheres que fizeram aborto e ADI ZIKA	Antonio Maffezoli	
Rádio Nacional Brasília (EBC)	Pesquisa CNMP - Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa	Antonio Maffezoli	
Repórter Nacional (EBC)	Pesquisa CNMP - Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa	Thaísa Oliveira Vice-presidente da ANADEP	

NOVEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
Click RBS Coluna Mário Motta	Florianópolis recebe o 13º Congresso Nacional de Defensores Públicos	ANADEP/ADEPESC (nota fria)	
Diário de Santa Catarina Blog do Moacir Pereira	XIII CONADEP	ANADEP/ADEPESC (nota fria)	
Rádio Verdes Mares (Ceará)	20 anos da DPE-CE e panorama da Defensoria Pública Nacional	Antonio Maffezoli	
Século Diário	Extrateto	Antonio Maffezoli	
Folha Vitoria (ES)	EC 80 e o panorama da Defensoria Pública no Brasil	Antonio Maffezoli	

DEZEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	TIPO
Gestão Alckmin dá "poder de polícia" à Defensoria e a autoriza a pedir perícia	Folha de São Paulo	Antonio Maffezoli	
Rádio Justiça	Audiência de custódia	Antonio Maffezoli	

Em outro caso que tramita no STF, a professora [defendeu](#), em parecer encomendado pela Associação Nacional de Defensores Públicos, que a Defensoria pode propor ações civis públicas, não sendo essa uma prerrogativa apenas do Ministério Público.

As ações coletivas propostas pela Defensoria, segundo Ada Pellegrini, significam um maior acesso à Justiça. “Ainda que se entenda que função obrigatória e precípua da Defensoria Pública seja a defesa dos economicamente carentes, o texto constitucional não impede que a Defensoria Pública exerça outras funções, ligadas ao procuratório, estabelecidas em lei.”

f

G+

🐦

Saiba quando é possível mudar de nome

Defensora Pública explica em que casos é permitida a alteração e como proceder

Tarde Nacional - Amazônia

No AR em 20/07/2017 - 18:29

O Tarde Nacional desta quinta-feira (20) falou sobre as situações nas quais é possível a **mudança de nome no Registro Civil**. A entrevistada foi a Defensora Pública no Rio de Janeiro e Subcoordenadora da Comissão da Infância e Juventude da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Elisa Cruz.

Ouçã a integra da entrevista no *player* acima.



Vistoria da DPE-TO detecta falta de oxímetro e material de higienização no setor de UTI do HGP

03/08/2017 - 16:21 Por: Cinthia Abreu

[Tweeter](#) [Compartilhar 0](#) [Curtir](#) Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Publicidade



O setor de UTI – Unidade de Terapia Intensiva concentra alguns dos problemas mais graves detectados na vistoria feita pela DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins no Hospital Geral de Palmas, na manhã desta quinta-feira, 3. A iniciativa faz parte de uma ação conjunta da Comissão Temática de Saúde da Anadep – Associação Nacional dos Defensores Públicos realizada em outros oito Estados (AM, MG, RJ, PA, PE, RN, BA, MT) em razão do Dia Nacional da Saúde, celebrado no próximo sábado, dia 5.

Notícias / Últimas Notícias

Notícias

27/07/2017 - 10h07

Especial

Defensorias atendem população de baixa renda e pessoas em situação de vulnerabilidade social

Cynthia Ribeiro



Notícias STF

Segunda-feira, 14 de agosto de 2017

Lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo é objeto de ADI

A Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5754, que questiona dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Espírito Santo para o ano de 2018, os quais impõem limites à proposta orçamentária da Defensoria Pública estadual. A associação afirma que a inconstitucionalidade é prática “constante e corriqueira” no estado e pede a intervenção do STF para fazer valer o dispositivo constitucional que garante às Defensorias Públicas de todo o país autonomia funcional, administrativa e financeira (artigo 134).

A Anadep pede liminar para suspender a eficácia dos artigos 19, parágrafo 1º, e 43 da Lei Estadual 10.700/2017. Segundo a entidade, embora a Defensoria Pública tenha se colocado à disposição do Poder Executivo para participar da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, não foi chamada a se manifestar, assim como o Poder Judiciário e o Ministério Público. “A tutela das autonomias orçamentária, financeira, administrativa e funcional da Defensoria Pública trata-se de elemento essencial para a efetividade e a concretização do acesso à justiça da população carente, vinculando-se como o direito fundamental insculpido no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal”, argumenta.

Segundo a Anadep, o descumprimento da participação do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública na elaboração da LDO estadual, permite a concessão de medida cautelar para sua suspensão, havendo a presença do requisito do *periculum in mora*, pois foram fixados limites orçamentários sem observância do artigo 99, parágrafo 1º, da Constituição Federal, “encontrando-se os Poderes e órgãos constitucionais autônomos impossibilitados de remeter proposta orçamentária, em conformidade com suas necessidades, para a aprovação e deliberação na Lei Orçamentária Anual (LOA)”.

Na ADI, a entidade apresenta gráficos para demonstrar que o orçamento atual (2017) da Defensoria Pública do Espírito Santo é percentualmente menor (0,39%) do que seu orçamento em 1999 (0,44% do orçamento do estado). Segundo a Anadep, a despeito de a Emenda Constitucional 80/2014 ter estabelecido a necessidade de haver um defensor público em todas as unidades jurisdicionais do país, no Espírito Santo é comum um defensor público atuar em diversas comarcas. “Obviamente que essa situação dificulta intensamente a assistência jurídica integral aos necessitados”, assinala.

A ADI foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes.

Pesquisa indica Defensoria Pública como instituição mais importante para brasileiros



Foto: Cláudia Cardozo/ Bahia Notícias

A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros em uma pesquisa realizada pela GMR Inteligência & Pesquisa. O estudo revela que 92,4% dos entrevistados a avaliam como "muito importante" ou "importante", o que a coloca na primeira colocação entre todos os órgãos citados. O Ministério Público foi o segundo mais mencionado (91,6%), seguido pela Polícia (90,4%). Encaminhada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O levantamento foi divulgado na última quarta-feira (13). Na pesquisa de 2014, a Defensoria ocupava o segundo lugar no ranking entre as instituições consideradas mais importantes para os entrevistados. Em 2017, além da conquista da primeira colocação, ela também foi apontada como a mais relevante na proteção de crianças e adolescentes (38,2%), seguida do Ministério Público (23,6%), Ordem dos Advogados do Brasil (23,4%) e

Segundo pesquisa, Defensoria Pública é a instituição mais importante para brasileiros

14 de setembro de 2017

Share on Facebook | Tweet on Twitter | G+ | Curtir 15 | Tweet



A Defensoria Pública é considerada a instituição mais importante para os brasileiros. Pesquisa realizada pela GMR Inteligência & Pesquisa revela que 92,4% dos entrevistados a avaliam como "muito importante" ou "importante", o que a posiciona na primeira colocação entre todos os órgãos citados. O Ministério Público foi o segundo mais mencionado (91,6%), seguido

pela Polícia (90,4%). Encaminhada pelo Conselho Nacional do Ministério Público

Início / Brasil / Política / Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa

Anúncio fechado por Google | Não exibir mais este anúncio | Anúncio? Por quê?

Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas

Facebook | Google+ | Twitter

postado em 15/09/2017 15:04 | Agência Estado



Para Manaus (MAO) R\$ 287,93*

Defensoria Pública é a instituição mais importante do País, diz pesquisa

Estação Conteúdo | 15.09.17 - 14h54

De Brasília (BSB) Para Manaus (MAO) R\$ 287,93*

A Defensoria Pública, embora tenha pouco tempo de existência, já é considerada a instituição mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens. É o que mostra levantamento recém-concluído pela GMR Inteligência e Pesquisa, encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A pesquisa foi realizada entre 9 de março e 29 de maio e ouviu 5.035 pessoas de todo o País, de todas as classes sociais e idades, e tem nível de confiança de 95%, segundo a GMR.

LEVANTAMENTO

Defensoria Pública é a instituição mais importante do país, diz pesquisa

17/09/2017 às 00h00

Pesquisa concluiu que instituição é mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens

SÃO PAULO - A Defensoria Pública, embora tenha pouco tempo de existência, já é considerada a instituição mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens. É o que mostra levantamento recém-concluído pela GMR Inteligência e Pesquisa, encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A pesquisa foi realizada entre 9 de março e 29 de maio e ouviu 5.035 pessoas de todo o país, de todas as classes sociais e idades, e tem nível de confiança de 95%, segundo a GMR.

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas. Para quase 50% dos entrevistados, a Defensoria é muito importante, enquanto 43% a consideram importante. Além disso, ela é avaliada como a mais relevante na proteção de crianças e jovens.

Em relação à confiança nas instituições, novamente a Defensoria se destaca, só ficando atrás das Forças Armadas. A pesquisa compara os dados de 2017 com os de 2014, quando foi realizada pesquisa semelhante. Em todos os quesitos avaliados, a Defensoria melhorou sua posição no ranking das instituições. É o caso, por exemplo, do conhecimento da população no trabalho da Defensoria, que passou de 7º lugar, em 2014, para 5º na pesquisa deste ano. E na importância, que saltou de segundo para primeiro lugar.

vivo EMPRESAS | 50 MEGA de Banda Larga | OFERTA ESPECIAL DO SITE | Assine já

Pesquisa aponta Defensoria como a instituição mais importante do país

Por Gazetaweb | com assessoria | 15/09/2017 09h27 - Atualizada às 15/09/2017 10h28

Facebook | Twitter | LINK | http://gazetaweb.globo.co

DEFENSORIA PÚBLICA | Notícia da edição impressa de 18/09/2017. Alterada em 17/09 às 19h45min | Levantamento destaca importância da Defensoria Pública no País

Embora tenha pouco tempo de existência, a Defensoria Pública já é considerada a instituição mais importante do Brasil na garantia de direitos fundamentais de crianças e jovens. É o que mostra levantamento recém-concluído pela GMR Inteligência e Pesquisa, encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. A pesquisa foi realizada entre 9 de março e 29 de maio e ouviu 5.035 pessoas de todo o País, de todas as classes sociais e idades, e tem nível de confiança de 95%, segundo a GMR.

Conforme o levantamento, a Defensoria está à frente, por exemplo, do Ministério Público, da Polícia e das Forças Armadas. Para quase 50% dos entrevistados, a Defensoria é muito importante, enquanto 43% a consideram importante. Além disso, ela é avaliada como a mais relevante na proteção de crianças e jovens.

Em relação à confiança nas, novamente a Defensoria se destaca, só ficando atrás das Forças Armadas. A pesquisa compara os dados de 2017 com os de 2014, quando foi realizada pesquisa semelhante. Em todos os quesitos avaliados, a Defensoria melhorou sua posição no ranking das instituições. É o caso, por exemplo, do conhecimento da população no trabalho da Defensoria, que passou de sétimo lugar, em 2014, para quinto na pesquisa deste ano. E na importância, que saltou de segundo para primeiro lugar.

Lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo é objeto de ADI

Segunda-Feira, Dia 14 de Agosto de 2017

A Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5754, que questiona dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Espírito Santo para o ano de 2018, os quais impõem limites à proposta orçamentária da Defensoria Pública estadual. A associação afirma que a inconstitucionalidade é prática “constante e corriqueira” no estado e pede a intervenção do STF para fazer valer o dispositivo



Século Diário
ninguém é indiferente ao fato



Associação quer intervenção do STF para garantir autonomia da Defensoria Pública no ES

14/08/2017
às 18:50

Da Redação

Imprimir

A Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) está movendo uma nova ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Estado do Espírito Santo para fazer valer o dispositivo constitucional que garante autonomia financeira às Defensorias Públicas de todo o país. A entidade questiona a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, que impõe limites à proposta orçamentária da Defensoria capixaba. Para a autora da denúncia, a inconstitucionalidade é prática “constante e corriqueira” e pede a intervenção do STF no caso.

AUTONOMIA VIOLADA

ADI questiona lei que limita orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo

15 de agosto de 2017, 14h30

Imprimir Enviar 19 0 1 1

Com o argumento de que a lei que impõe limite ao orçamento da Defensoria Pública do Espírito Santo viola a autonomia do órgão, prevista no artigo 134 da Constituição, a Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) pede que o Supremo Tribunal Federal julgue inconstitucional a lei capixaba. Segundo a associação, a inconstitucionalidade é prática “constante e corriqueira” no estado. O ministro Gilmar Mendes será o relator da ADI.

A Anadep pede liminar para suspender a eficácia dos artigos 19, parágrafo 1º, e 43 da Lei estadual 10.700/2017. Segundo a entidade, embora a Defensoria Pública tenha se colocado à disposição do Poder Executivo para participar da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, não foi chamada a se manifestar, assim como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

“A tutela das autonomias orçamentária, financeira, administrativa e funcional da Defensoria Pública trata-se de elemento essencial para a efetividade e a concretização do acesso à justiça da população carente, vinculando-se como o direito fundamental insculpido no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal”, argumenta.

Na posse, Raquel deu um tom religioso a seu discurso. Citou o papa Francisco, pediu a proteção de Deus e agradeceu a presença do núncio apostólico (embaixador do Vaticano) e do arcebispo de Brasília na cerimônia. O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antonio Maffezzoli, diz não ver problema:

— Por decorrência da laicidade do Estado, as instituições públicas têm de agir independentemente das crenças pessoais de seus membros e de quem as lidera, porque é um momento passageiro.

O presidente da Anadep destacou que a gestão de Janot focou muito na parte criminal, e tem a expectativa de que Raquel priorize questões ligadas a direitos humanos, meio ambiente e índios, até pela formação acadêmica nessa área. Maffezzoli pediu atenção especial à violência policial e aos pedidos de federalização de investigações de assassinatos, que costumam ficar parados na PGR:

— O pedido de federalização só pode ser feito pelo procurador-geral de República ao STJ.

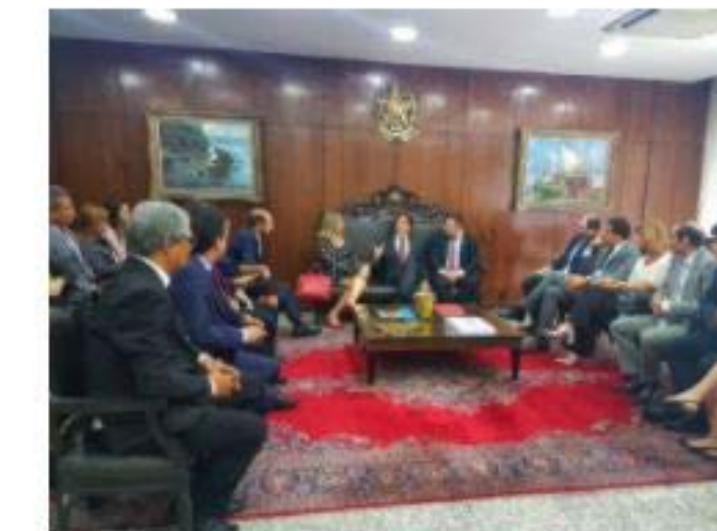
Antonio Carlos Valadares ressalta trabalho da Defensoria pública

Da Redação e Da Rádio Senado | 19/09/2017, 19h15 – ATUALIZADO EM 19/09/2017, 19h16



Eunício recebe defensores públicos e pede participação nos debates sobre segurança

26/09/2017



Estreitar a parceria e contribuir com as discussões das propostas de combate à violência, em trâmite no Senado. Foi com esse objetivo que o presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), recebeu nesta terça-feira (26), a Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, Mariana Lobo e os membros do Colégio Nacional de Defensores Públicos.

De acordo com Mariana, o Congresso vem discutindo temáticas importantes como a atualização da Lei de Execução Penal e redução da maioria penal e é fundamental a participação da defensoria nessas discussões. “É importante que a gente possa trazer para

essa discussão a visão do assistido da defensoria pública. A defensoria hoje representa o acesso a mais ou menos 80% da população brasileira, no caso do Ceará, chega a quase 90% da população do estado, e é importante que a gente possa estar subsidiando essas discussões aqui com a experiência prática do dia a dia da defensoria”, disse.

Os sistemas de atendimento sócio educativo e sistema penitenciário também estão entre as preocupações do Congresso e da Defensoria. Para Mariana, o órgão pode contribuir com o debate ao expor a realidade de quem presencia o problema no dia a dia. “Mais de 90% da população que hoje cumpre pena ou dos adolescentes que cumprem medidas sócio educativas são assistidos e defendidos pela defensoria, então a defensoria está ali dentro vivendo o problema na prática”, acrescentou.

Para o presidente do Congresso, a colaboração da Defensoria nos debates de temas tão polêmicos vai auxiliar na busca de um consenso e evitar retrocessos na legislação. “A Defensoria precisa estar dentro dessa discussão em relação a violência. Caso o Congresso não escute aqueles que lidam no dia a dia com esses problemas, poderemos falhar ao votar decisões por impulso”, alertou.

Tanto a proposta que atualiza a Lei de Execução Penal (PLS 513/2013) como a que reduz a maioria penal (PEC 33/2012) estão em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Os defensores

Florianópolis vai receber o 13º Congresso Nacional de Defensores Públicos entre 15 e 17 de novembro. Defensores públicos, juristas, estudantes e representantes da sociedade civil de todo o país vão se reunir no Costão do Santinho para debater o tema "Defensoria Pública: em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade".

Florianópolis será palco da **13ª edição do Congresso Nacional de Defensores Públicos**, que acontece de 15 a 17 de novembro no Centro de Eventos do Costão do Santinho Resort. Defensores públicos, juristas, estudantes e representantes da sociedade civil de todo o país se reúnem para debater o tema central do evento *Defensoria Pública: em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade*.

Promoção da Associação Nacional dos Defensores Públicos e a Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina, o congresso busca oportunizar o debate dos principais temas relacionados à Instituição e discutir o papel do defensor público na sociedade. São esperados cerca de mil participantes nesse evento.

Já o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antonio José Mafezzoli Leite, disse que as situações dos auxílios-moradias para as defensorias. Segundo ele, 23 das 26 defensorias não recebem o benefício e falou sobre as verbas "que são importantes para o funcionamento" dos órgãos na maioria dos estados.

"Entendemos que o auxílio-moradia é muito importante naquelas designações fora da cidade onde o defensor público está lotado. Nós temos essa realidade hoje em Brasília, nem todos os estados têm representantes atuando perante os tribunais superiores das ações que são das defensorias nos estados. Essa atuação é extremamente importante na qualificação e efetivação da defesa para as pessoas carentes. Essas defensorias que têm representação aqui acabam pagando algum auxílio em forma de gratificação e tem defensoria que não paga nada", disse.

Para o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antônio Maffezoli, a crise econômica evidenciou a importância da Defensoria Pública para a população brasileira. "A crise econômica teve um duplo impacto no país: além de prejudicar a arrecadação de impostos por parte dos governos e, conseqüentemente, diminuir o poder de investimento, a crise agravou a pobreza e aumentou o número de pessoas que precisam da defensoria. É uma realidade nacional e no Espírito Santo não é diferente", diz Antônio.

O presidente da Associação de Defensores Públicos do Espírito Santo, Pedro Paulo de Souza Coelho, explica que não apenas o interior, mas também a região metropolitana sofre com a evasão de defensores. "O interior sofre ainda mais porque com o pedido de exoneração de alguns profissionais, temos que atender a critérios de realocação baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao crescimento populacional das cidades. Com isso, municípios do interior tendem a ficarem desassistidos. Além disso, há júris da Serra e de Cariacica que não contam mais com defensores", afirmou.



A cúpula da Defensoria Pública disse considerar a mudança "um avanço importante" e que deverá beneficiar, especialmente, nos atendimentos feitos pela instituição em casos de mulheres vítimas de violência doméstica.

Laudos solicitados por ela poderão subsidiar pedidos junto às Varas de Violência Doméstica de medidas protetivas –que podem ser feitos sem a necessidade de um boletim de registro policial.

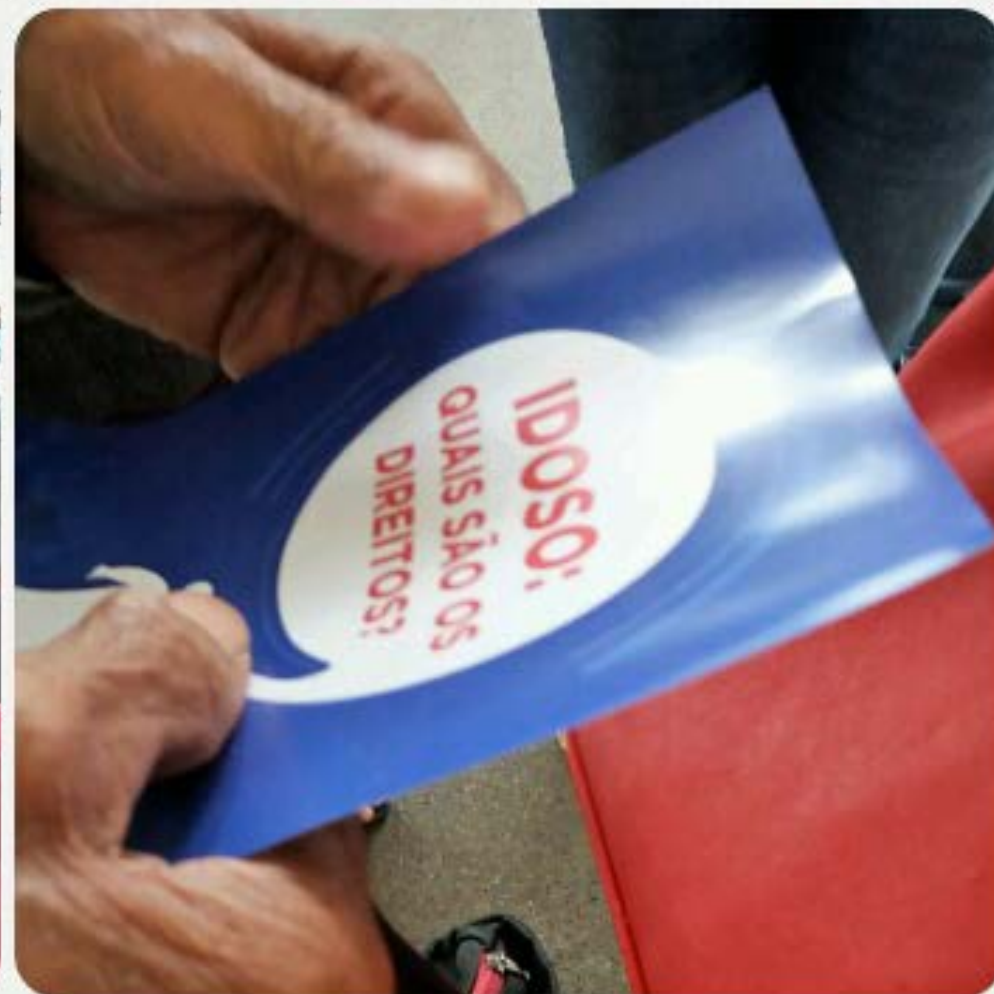
Já no âmbito dos processos judiciais, diz a Defensoria, os laudos produzidos a pedido dela serão levados à apreciação da Justiça, garantindo a produção de provas "a todas as partes dos processos".

"É importante destacar que o atendimento prestado pela Defensoria Pública destina-se a pessoas que não possuem condições financeiras para contratar advogados –e muito menos peritos privados", diz nota da Defensoria.

A Defensoria paulista tem, atualmente, 724 integrantes e atua em 43 cidades do Estado.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Antonio Maffezoli, disse considerar "super importante" a medida por reconhecer a defensoria "como instituição oficial na defesa dos direitos de pessoas carentes".

Ainda segundo ele, outros Estados também poderão copiar essa medida e





ANADEP

Associação Nacional dos Defensores Públicos